



**UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - UNIPAC
FACULDADE REGIONAL DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS DE
BARBACENA - FACEC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

RAISSA GABRIELA SILVA DE PAULA

**O TERCEIRO SEXO REVISITADO: A HOMOSSEXUALIDADE NA PERSPECTIVA
DA PSICOLOGIA**

**BARBACENA
2014**

RAISSA GABRIELA SILVA DE PAULA

**O TERCEIRO SEXO REVISITADO: A HOMOSSEXUALIDADE NA
PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos- UNIPAC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Vilmara Lucia Rodrigues Teixeira.

**BARBACENA
2014**

P324t PAULA, Raissa Gabriela Silva de

O terceiro sexo revisitado: a homossexualidade na perspectiva da psicologia / Raissa Gabriela Silva de Paula. – Barbacena, 2014.
50 f.

Orientador: Vilma Lúcia Rodrigues Teixeira

Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) - Universidade Presidente Antônio Carlos, 2014.

1. Psicologia. 2. Homossexualidade. 3. Comportamento. I. Título.

CDD:155.34

Raissa Gabriela Silva de Paula

**O TERCEIRO SEXO REVISITADO: A HOMOSSEXUALIDADE NA
PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos- UNIPAC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Orientadora Me. Vilmara Lucia Rodrigues Teixeira
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Prof.^a Me. Esther de Matos Ireno Marques
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Prof.^a Me. Kennya Rodrigues Nézio Azevedo
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, por toda dedicação e amor. A minha namorada Elba que com amor e paciência me apoiou, incentivou e me deu forças para realizar esta atividade;

Ao meu amado Lukinhas, que alegra a minha vida.

Agradeço a professora Heloisa Brunelli que, quando simplesmente deveria ser professora, foi muito mais, transmitindo-me seus conhecimentos e experiência. Foi também amiga, apoiando, compreendendo e incentivando-me a trilhar outros caminhos;

Agradeço imensamente a professora Vilmara, que se dispôs a me orientar e sempre atendeu prontamente minhas solicitações, me acalmando em meus momentos de ansiedade e insegurança;

Agradeço aos membros da banca examinadora, as professoras Esther e Kennya, que gentilmente concordaram em fazer parte da mesma, contribuindo com o seus conhecimentos e experiências;

A minha amiga Aline que sempre esteve ao meu lado, pronta a me ajudar;

As amigas de curso Keli, Daiane e Ketley pela amizade e companheirismo, que sempre tornaram meus dias mais leves.

Os homens agem sobre o mundo e o modificam e, por sua vez, são modificados pelas consequências de sua ação.

Skinner

RESUMO

O tema da homossexualidade vem ocupando diversos campos da ciência na tentativa de desvendar as raízes de sua escolha. Este trabalho busca analisar a história da homossexualidade, na qual se verifica que o comportamento homossexual sempre esteve presente na história da humanidade, sendo que em um primeiro momento, percebe-se que as relações homossexuais eram tratadas com normalidade e total aceitação entre as civilizações, dentre as mais importantes: a Romana, Grega e Asiática. Contudo com o surgimento de novos entendimentos religiosos e questões de interesse político, a homossexualidade passa a ser vista de forma preconceituosa, passando assim a ser condenada por não ser uma prática natural. E torna se objeto de “pesquisas” de muitos tipos que procuram as causas (biológicas, psicológicas, sociais, “espirituais”) para a homossexualidade. Sendo repudiada pela sociedade, que ainda na atualidade vê a homossexualidade como um ato imoral e pecaminoso que não merece nenhum tipo de amparo, por considerar os homossexuais como pessoas doentes e que necessitam de tratamento.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia, Homossexualidade, Comportamento.

ABSTRACT

The issue of homosexuality has occupied various fields of science in an attempt to uncover the roots of their choice. This paper analyzes the history of homosexuality, in which it appears that homosexual behavior has always been present in human history, and at first, it is noticed that homosexual relations were treated with normal and total acceptance among civilizations, among the most important: the Roman, Greek and Asian. But with the emergence of new religious understandings and issues of political interest, homosexuality is seen with prejudice, thus becoming condemned for not being a natural practice. And it makes the object of " research " of many kinds seeking the causes (biological, psychological, social, " spiritual ") for homosexuality. Being rejected by society, which still today sees homosexuality as an immoral and sinful act that does not deserve any kind of support, considering homosexuals as sick and in need of treatment.

KEY WORDS: Psychology, Homosexuality, behavior

.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 - A HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE	12
1.1 - A Homossexualidade no Brasil	16
2 - A HOMOSSEXUALIDADE COMO UMA ANÁLISE BIOMÉDICA	21
2.1 - A homossexualidade em Freud	25
3 - A TEORIA COMPORTAMENTAL E A HOMOSSEXUALIDADE	33
3.1 - Comportamentos reforço/punição	35
3.2 - O Preconceito como punição	38
3.3 - A terapia como reforço positivo	42
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, verifica-se que a homossexualidade no passado era algo natural, sendo considerada para muitos povos como um ritual de grande importância, em que a relação homossexual era uma forma de transição de um momento na vida daquele ente tribal.

O referido trabalho aborda assuntos de suma importância, e que ainda geram uma abordagem da homossexualidade inegavelmente preconceituosa. Desconsiderando as contribuições freudianas e muitas vezes, criticadas pelas posições pessoais que revelam atitudes homofóbicas em relação aos sujeitos e suas escolhas, verificamos, ainda hoje, desvios teóricos e técnicos que distorcem a doutrina freudiana.

Buscando uma maior explicação e embasamento teórico faz-se o uso da homossexualidade como uma análise biomédica que se constitui num forte pano de fundo na cultura ocidental quando se tentam explicar questões como comportamento e sexualidade. Ao mesmo tempo que questiona essa apropriação da sexualidade pela biomedicina, o objetivo aqui é mostrar a construção social de uma doença – no caso, o homossexualismo – que, com as revoluções culturais da segunda metade do século XX, deixa de ter tal conotação, em termos científicos, mas suas bases continuam a circular tanto nos atos de defesa quanto de ataque a homens e mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outros de seu sexo biológico.

As teorias de comportamento, foco principal desse trabalho, também foram bastante utilizadas de forma a fazer um levantamento sobre as formas de preconceito, e punição, que levam os seres humanos a conviverem em um meio social totalmente conturbado e cheio de ideologias comportamentalistas, em busca de algo que se rotula como sendo o “normal” e mais condizente.

Portanto o tema em questão ainda gera muito conflito entre a sociedade que não aceita as pessoas se relacionem com outras do mesmo sexo, criando assim conturbações para os homossexuais que acabam tendo depressão, baixa autoestima, vergonha, culpa, medo, desconfiança, confusão, insegurança, ansiedade, queixas psicossomáticas, sentimentos de solidão, frustração, isolamento social, dificuldade de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, violência doméstica, disfunções sexuais, comportamento sexual de risco,

hostilidade, abuso de álcool e drogas, transtornos alimentares, e comportamento ou ideação suicida.

Para que se possa entender como se dá o funcionamento da prática homossexual, no primeiro capítulo abordaremos a história da homossexualidade desde a civilização grega até os dias atuais em nossa sociedade. No segundo capítulo a homossexualidade será apresentada através de dois vieses, o da Biomedicina e o da psicanálise de Freud. Já no terceiro capítulo abordar-se-á a temática através de uma análise mais aprofundada sobre a teoria comportamental proposta por Skinner.

1 – A HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE

A união civil entre pessoas do mesmo sexo pode parecer algo bastante recente, coisa de gente moderna. Mas de nova não tem nada. Sua história retoma um tempo em que não havia necessidade de distinguir o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo – para os povos antigos, o conceito de homossexualidade simplesmente não existia.

As tribos das ilhas de Nova Guiné, Fiji e Salomão, no oceano Pacífico, cerca de 10 mil anos atrás, já exercitavam algumas formas de homossexualidade ritual. Os melanésios acreditavam que o conhecimento sagrado só poderia ser transmitido por meio do coito entre duplas do mesmo sexo. No rito, um homem travestido representava um espírito dotado de grande alegria.

Muita polêmica gira em torno do tema “homossexualidade”, na verdade não é algo novo para a sociedade, como dizia o poeta e escritor Goethe, “a homossexualidade é tão antiga quanto à humanidade” e antes de Cristo já se verifica a existência de homossexuais.

Nos povos antigos a homossexualidade era tratada com normalidade, talvez porque era abordada com uma evolução da sexualidade. A homossexualidade estava presente tanto na Grécia, quando no Império Romano e recebia o nome de pederastia.

Procedente do grego “Paiderastia”, que é a junção de outras duas expressões gregas – paîs (“criança”) e erân (“amar”) - o termo pederastia de acordo com pesquisas, denotava na Atenas do período clássico o sentido educativo, sendo a combinação do processo preparatório do futuro cidadão ateniense com o amor metafísico só conhecido entre os homens (VRISSIMTZIS, 2002, p.101-102). Tinha como objetivo a preparação do jovem para a inserção na sociedade ateniense, a fim de refinar e dar instruções ao futuro cidadão, e eram realizadas pelos preceptores com mais de 30 anos e experientes. O jovem (efebo) de idade variante entre 12 e 18 anos, filho de cidadão, que tinha o direito de “escolher” o mestre que o formaria.

O filósofo grego Sócrates (469-399), adepto do amor homossexual, pregava que o coito anal era a melhor forma de inspiração – e o sexo heterossexual, por sua vez, servia apenas para procriar. Para a educação dos jovens atenienses, esperava-se que os adolescentes aceitassem a amizade e os laços de amor com homens mais velhos, para absorver suas virtudes e seus conhecimentos de filosofia.

Como afirma Vecchiatti (2012):

As culturas primitivas viam nesse tipo de relacionamento a forma pela qual o menino alcançaria a masculinidade, por meio da exclusão do contato dele com a mãe (e das mulheres em geral) para que aprendesse os costumes masculinos de seu povo (VECCHIATTI, 2012, p. 4).

Boa parte do modo como os povos da Antiguidade encaravam o amor entre pessoas do mesmo sexo pode ser explicada – ou, ao menos, entendida – se levarmos em conta suas crenças. Na mitologia grega, romana ou entre os deuses hindus e babilônios, por exemplo, a homossexualidade já existia. Muitos deuses antigos não tinham sexo definido. Alguns, como o popularíssimo hindu Ganesh, da fortuna, teriam até mesmo nascido de uma relação entre duas divindades femininas.

Os preceptores compunham a alta sociedade, e tinham como função ensinar aos efecos noções sobre cidadania, moral, filosofia, política, música, autocontrole – tanto sexual, quanto político, dentre outros ensinamentos, compunham o processo pederástico.

Sobre a formação do jovem efebo, Marrou (1998), descreve que:

(...) a pederastia desempenhou papel fundamental na educação do adolescente. Por meio de frequente ligação, especialmente no ginásio, com um amado e admirado homem mais velho, objeto de ardente atração, a quem o jovem companheiro tomava por modelo, o adolescente era gradativamente iniciado na vida adulta e aprendia a tornar-se, por sua vez, um ‘completo cavalheiro’, um kalokagathos (‘literalmente, belo e bom (ou valente)’) (MARROU, 1998, p. 216).

Sendo assim, os meninos pertencentes às famílias nobres, quando se tornavam adolescentes, eram encaminhados aos cuidados de homens mais velhos, considerados sábios e guerreiros, que passariam conhecimento aos rapazes. Nesse sentido, era uma honra para os meninos serem escolhidos por esses homens mais velhos, que assumiam o papel de mestres, preparando-os para a vida na sociedade. Como se pode perceber a homossexualidade masculina era valorizada e aceita.

Na Grécia, a cultura da pederastia institucionalizada seguiu o modelo existente nas tribos primitivas anteriores à sua época, tal como, aparentemente, boa parte dos outros povos contemporâneos. Contudo, a peculiaridade grega encontra-se no fato de ter ganhado ênfase o conceito de transmissão de conhecimento oriundo do ato sexual de um homem mais velho com outro mais novo, além de ter sido consagrada em sua célebre mitologia (no que foi seguida, posteriormente, pelos romanos, na mitologia greco-romana), na qual diversos deuses a praticavam. Assim, era comum na cidade-estado de Atenas, notória pelo seu alto grau de desenvolvimento cultural, que os efecos (adolescentes-aprendizes) prestassem favores sexuais aos preceptores (tutores) em busca de sabedoria e conhecimento (VECCHIATTI, 2012, p. 6).

Não há uma resposta definitiva na historiografia acerca da origem da pederastia, mas a tese mais aceita é a de que ela tenha se originado no estado militar dos dóricos e que tenha se difundido pelo mundo grego através da influência dórica (DOVER, 1994, p.254).

Mas, mesmo que não haja documentação suficiente que comprove a gênese das práticas sexuais entre homens, é irrefutável que foi entre os Estados dóricos que tais práticas obtiveram um papel mais ativo.

Portanto, no mundo antigo, a homossexualidade era vista como uma necessidade natural, considerada um “verdadeiro privilégio dos bem-nascidos”. Já a heterossexualidade, não recebia tanta importância, uma vez que estava somente associada à procriação.

No império Romano assim como na Grécia, a homossexualidade também estava presente, sendo tratada com naturalidade, o único impedimento existente estava relacionado ao polo passivo da relação, que representava a fraqueza e a impotência política. Entre os romanos, a sexualidade estava intimamente ligada à dominação. Assim, o polo passivo da relação era rejeitado, razão pela qual somente era aceitável que um escravo o desempenhasse e nunca um homem livre (caso isso ocorresse, sua imagem seria degradada).

Segundo Chaves (2012):

A ideia das relações homossexuais gregas, de se cortejar um menino, agradando-o, convencendo-o da honra e honestidade das intenções do amante, era extremamente repugnante ao espírito da Roma antiga, uma vez que esse comportamento evidenciava uma submissão estranha à essência da virilidade”. Porém, “No século II a.C., uma suposta mudança de comportamento ocorreu em relação aos costumes sexuais. Aqueles que desejavam paixão e volúpia escolhiam um garoto, tal qual os efébos que eram escolhidos pelos aristocratas e preceptores gregos. O amor por garotos esteve em alta no mais poderoso Império que o mundo antigo conheceu (CHAVES, 2012, p. 56).

Dessa forma, a diferença entre a homossexualidade na Grécia e em Roma incide no fato de que os gregos tinham liberdade para se envolverem com meninos pertencentes às famílias nobres. Diferentemente dos romanos, que poderiam se relacionar somente com escravos, sendo proibido relacionar-se com meninos livres, pelo fato da sexualidade estar incluída ao poder de dominação. O amor entre um romano e um jovem livre não era bem aceito, ainda que popular, sendo que este tipo de relação era punido com multa. Contudo, o amor de um romano e um escravo não sofria nenhum tipo de restrição.

Na Idade Média, começa o mais feroz dos preconceitos contra a homossexualidade, pois para os cristãos, toda atividade sexual diversa da procriação era considerada um pecado,

uma vez que se estava descumprindo com o preceito bíblico que diz “crescei e multiplicai-vos”. A relação sexual praticada apenas como fonte de prazer, ainda que entre duas pessoas que se amavam, era vista como uma transgressão à ordem natural.

Uma questão relacionada a isso é o fato de os judeus (assim como os cristãos, posteriormente) terem passado a se opor contra a libertinagem sexual do período – afinal, como os homens tinham, até aquele momento, liberdade absoluta para manterem relações sexuais fora do casamento (fosse com meninos, fosse homens mais velhos ou mulheres, com as peculiaridades culturais de cada povo), houve certamente uma banalização das relações sexuais, o que notoriamente é rejeitado pela religião judaica (assim como pela cristã). Isso fez com que fosse criada a concepção de que somente seria admitida a relação sexual realizada dentro do casamento para fins exclusivamente procriativos, sendo as uniões extramatrimoniais (mesmo aceitáveis) vistas como depravação dos indivíduos contra a moralidade que começava a surgir. Ou seja, qualquer ato sexual praticado fora do casamento e, ainda que nele, sem o intuito da procriação, passou a ser condenado por essas religiões, fosse esse ato homo ou heteroafetivo – condenava-se a libertinagem, mas não determinado tipo de amor, sendo que se considerava como libertina qualquer atividade sexual que não visasse unicamente à procriação. Assim, no que tange à classificação judaica, o ato sexual realizado fora do casamento, fosse ou não libertino, passou a ser visto como uma ‘impureza’, que por isso deveria ser combatida (VECCHIATTI, 2012, p. 20).

Nesta época, as pessoas utilizavam a morte precoce, aos 30 anos como forma de preconceito contra os homossexuais, beneficiando-se também do fato dos casais homossexuais não terem como gerar filhos, o que resultaria no fim da humanidade. Argumento esse preconceituoso e totalmente descabido, pois para isso acontecer todas as pessoas precisariam se tornar homossexuais. Porém, sabe-se que ninguém se torna homossexual ou heterossexual, uma vez que a orientação sexual é própria da pessoa. Acreditavam também que os homens tinham uma quantidade limitada de sêmen, assim, não poderiam desperdiçá-los em vão.

Foi a partir da Idade Média que a Igreja se manifestou contra a homossexualidade, com base no capítulo XIX do Gênesis, que narra a história de Sodoma – da qual surgiu o termo sodomia – e cuja interpretação relacionava o pecado dos sodomitas à homossexualidade. Neste período, o termo homossexualismo não era conhecido. Sodoma e sodomita eram as expressões utilizadas, respectivamente, para descrever relações anais, masturbação ou sexo não procriativo e nominar quem as praticava.

A homossexualidade sempre esteve presente na história da humanidade, embora tenha se modificado, ao longo dos tempos, e não tenha recebido tratamento uniforme e tendo passado da aceitação, na Grécia e Roma antigas, ao repúdio, a partir da Idade Média.

Conforme Silva Júnior (2011) nos afirma:

Na verdade, por conta dos interditos ideológicos em torno da vivência sexual livre – mecanismos de poder/controlar sobre as pessoas –, a história revela uma sujeição preconceituosa que se voltou, em especial, contra as práticas da homossexualidade, em algumas culturas e épocas determinadas. As motivações prejudiciais mesclam questões político-econômicas (relacionadas ao interesse em fortalecer as populações ou o próprio Estado), com discursos religiosos e fundamentalistas, que não se sustentam cientificamente [...]. (SILVA JÚNIOR, 2011, p. 106)

Observa-se que a homossexualidade sempre foi algo natural. Porém, com o surgimento do cristianismo estes valores foram alterados, resultando em sua reprovação, como também a punir os seus praticantes. Portanto, ao considerar as relações homoeróticas pecaminosas, representando a transgressão do que se avaliava ser a palavra de Deus, a doutrina judaico-cristã inaugura um discurso que, devido ao lugar social que a Igreja ocupava, tornou-se hegemônico e ainda hoje está arraigado no senso comum.

1.1 – A Homossexualidade no Brasil

Segundo Trevisan (2002), os portugueses, quando chegaram ao Brasil, chamavam os índios de bugres ou gentios, por identificá-los com a prática da sodomia. Tanto o termo bugre, que se originou de uma seita herética da Bulgária do século XI, quanto o termo gentio, de origem hebraica, designavam o herege e o praticante da sodomia, indistintamente. Isso ocorria porque a homossexualidade quase sempre era associada à heresia.

Entre os índios, a homossexualidade não era vista como uma prática vergonhosa: os tivira ou tibira, como eram chamados os homens efeminados, chegavam a enaltecer suas relações homossexuais, por considerá-las sinal de valor e valentia. Ainda hoje, no Estado de Tocantins, os índios Kraô, praticam o cunin, nome utilizado para designar as relações sexuais entre jovens do sexo masculino. Tal comportamento não suscitava qualquer tipo de restrição ou proibição. (MESQUITA, 2008, P.31)

As autoridades portuguesas enviaram ao Brasil, em 1591, a Primeira Visitação do Santo Ofício da Inquisição e, em 1620, a Segunda Visitação, com o objetivo de colher denúncias e confissões dos hereges, judeus e sodomitas e enviá-los para os cárceres do Santo Ofício, em Lisboa. Graças a essas visitas, ficou documentado que homens e mulheres foram acusados de praticarem atos homossexuais e perseguidos pela Inquisição no Brasil colonial.

Com a extinção dos tribunais de Inquisição em 1821, a sodomia no Brasil passou cada vez mais para a alçada da justiça comum. A primeira Constituição brasileira, de 1823, que em linhas gerais atualizava as Ordenações Filipinas – leis portuguesas do século XVI, determinavam a pena de morte para a sodomia – mas, não a incluía entre os crimes civis. Portanto, a sodomia continuava a ser vista sob o aspecto religioso, ou seja, como pecado.

Apesar de a homossexualidade não ser considerada crime pelo código penal da República de 1890, era vista como “ultraje público ao pudor”, o que, de certa forma foi mantido pelo Código Penal de 1940, em vigor até hoje.

Segundo Mesquita (2008), a década de 1960, aqui como no mundo, foi palco de liberação sexual, de movimentos em defesa de direitos civis e de luta contra a ditadura militar vigente no País entre 1964 e 1985. Nos anos 70, surgem os primeiros grupos homossexuais. Enquanto nos países europeus e nos Estados Unidos os primeiros movimentos tiveram como finalidade a descriminalização da homossexualidade, no Brasil o objetivo maior era a luta contra um preconceito, encoberto e sutil, que se espalhava por toda a sociedade, escondendo-se por trás de uma suposta democracia sexual, assim como o racismo esconde-se sob suposta democracia racial.

O movimento homossexual ocorreu, sobretudo em decorrência da imprensa escrita no Brasil, com o jornal *Lampião de Esquina*, que era editado por um grupo de intelectuais homossexuais. Foi publicado pela primeira vez em abril de 1978, na cidade do Rio de Janeiro - RJ a qual foi a primeira a apresentar-se dando voz ao movimento, como afirma Conde (2004):

Inicialmente, a proposta do jornal *Lampião de Esquina* consistia em tratar, de modo unificado, questões relativas às mulheres, aos negros, aos ecologistas e aos homossexuais e, muito embora tenha publicado diversas matérias relativas ao feminismo, como aborto e estupro, bem como ao lesbianismo, tendo sido até um dos promotores do movimento lésbico durante a sua existência, o jornal manteve seu foco predominantemente em assuntos relativos à homossexualidade masculina. (CONDE, 2004)

Em São Paulo, surgiu o primeiro movimento gay do Brasil, no ano de 1979 e o Primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais foi realizado em 1980. Segundo Ferrari (2004)

O fim da ditadura militar fazia surgir e reforçava um sentimento de otimismo cultural e social que atingia a todos. A abertura política possibilitava sonhar com uma sociedade mais democrática, igualitária e justa e, mais especificamente, trazia a esperança para o movimento gay de uma sociedade em que a homossexualidade poderá ser celebrada sem restrições (FERRARI, 2004, p. 105).

Os grupos e as associações voltados à homossexualidade foram se fortalecendo frente à sociedade, ganhando visibilidade e aproximando o Movimento Gay do Estado Nacional através de políticas públicas voltadas a contenção do vírus HIV. Como afirma Anderson Ferrari (2004), a multiplicação dos movimentos *gays* organizados estaria demonstrando uma nova postura dos homossexuais e, como consequência, uma nova relação entre cultura, sociedade e indivíduos. Sendo este um espaço de extrema importância na luta por direitos, por visibilidade, por emancipação, por justiça e principalmente por uma educação mais formal, com relação à AIDS, que em seu início atingiu, sobremaneira, a comunidade homossexual masculina.

Ante a exigência de se organizar contra a doença, os movimentos *gays* reafirmaram a importância da educação como a melhor arma nessa guerra sem tréguas, dando origem a diferentes cursos de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) /AIDS, assim como trabalhos e projetos de assistência a pessoas infectadas pelo HIV (FERRARI, 2004, p. 3).

A epidemia forçou a sociedade a discutir sexualidade. Independentemente da forma como foi orientada a temática, ela tornou-se motivo de preocupação para a família, escola e o Estado. O surgimento da AIDS abriu espaço para a visibilidade homossexual, ainda que, inicialmente refreado as tentativas de mobilizar setores do movimento, e foi também uma das principais responsáveis pela força com que esse movimento (re) emergiu na década de 1990.

Em Curitiba, em 1995, foi inventada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (sigla-ABGLT), termo esse que ocasionou um marco na organização e fortalecimento destes segmentos, proporcionando um rápido crescimento no número de grupos e redes que buscavam a igualdade. As paradas gays atentavam a sociedade a ouvir a sua causa, que por tantos anos foi marginalizada.

Na cidade São Paulo em 1997, aconteceu à primeira Parada do Orgulho GLBTT, com a participação de duas mil pessoas. No ano de 2007, conforme informa Toni Reis (2007), esta manifestação social foi considerada a maior do país, alcançando o número de um milhão e meio de pessoas.

O movimento *gay* surgiu a partir de uma preocupação de como entender o mundo, com a tentativa de explicar e dominar os parâmetros de sua organização e de classificação da homossexualidade; em busca de possibilidades de vivências mais positivas. Esse movimento

objetiva a construção do sujeito, responsável pelas mudanças de visões, hábitos, posturas e transformação das pessoas a partir de um conhecimento de si e do mundo.

Surgem assim novas propostas para o universo homossexual, inclusive no que diz respeito a sua nomenclatura, criando termos específicos para gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Em um processo de construção e reconstrução de identidades sexuais e de gênero, surge, na metade dos anos 90, a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Neste momento, a sigla GLS traduzia um discurso de convívio harmonioso e pluralista de diversas formas de identidade em um mesmo espaço físico ou ideológico (FRANCO, 2009, p. 65).

No entanto, Trevisan (2007) traz uma crítica muito frequente em relação à adoção das identidades GLS, que acabava por enfatizar uma parte dos adeptos pela denominação simpatizantes, ficando restritos aqueles (as) que se identificavam como gays ou lésbicas. Desta maneira, o termo simpatizante atribuía a essas pessoas mais uma concepção ou ideia de enrustido (a), descaracterizando a luta política por uma visibilidade social.

Segundo Facchini (2005), em seu trabalho o movimento homossexual na década de 1990, expõe que, no ano de 1998, por meio de intercâmbios de militantes do movimento homossexual brasileiro com os internacionais, adotou-se a sigla GLBT, no intuito de abranger a Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros:

[...] a especificação de categorias como lésbicas, travestis e transexuais pode ser compreendido como escolhas, feita a partir de um leque de possibilidades – que com o incentivo da globalização e da grande circulação de informações, passam a trazer referências criadas em outros contextos culturais ou no âmbito de iniciativas de outra natureza, como a academia [...] Há um processo de ressignificação e um contexto político- cultural local que permitem a demanda por novas categorias ou estilos e que influenciam a apropriação de determinada categoria ou estilo e não de outra (FACCHINI, 2005, p. 181).

Pode-se, então, perceber que muitos estudiosos e documentos oficiais utilizam esta nova nomenclatura de muitas maneiras diferentes, como: GLTB, GLBTT, LGTB, entre outros, de maneira que expressam a possibilidade de integração em que as pessoas se manifestem e exijam seu reconhecimento.

Na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT, em junho de 2008, foi impressa a discussão da mudança da sigla GLBT para LGBT, que já fora adotado no cenário internacional. De acordo com Franco (2009), essa mudança somente ocorreu com a finalidade de reconhecer a atuação e privilegiar as identidades lésbicas como uma forma de reparar ou de reconhecer o processo histórico de invisibilidade pelo qual foram submetidas.

Segundo MESQUITA (2008), apesar de toda a discriminação existente, os movimentos gays ajudaram a enfraquecer os preconceitos. A homossexualidade ganhou visibilidade, e muitos homossexuais passaram a assumir sua condição sem qualquer constrangimento. Mas o fato é que no Brasil e na grande maioria dos países, apesar de todos esses avanços, o preconceito ainda faz com que muitos homossexuais continuem excluídos da plena cidadania.

2 - A HOMOSSEXUALIDADE COMO UMA ANÁLISE BIOMÉDICA

Em meados do século XIX, começam a surgir abordagens científicas sobre as “perversões sexuais”, os estudiosos procuravam conhecer todos os aspectos da sexualidade desviante, mas era necessária, para viabilizar suas teses, uma definição rigorosamente científica. Pois, segundo TREVISAN (2002), uma vez enquadradas na legitimação da Ciência, as práticas de inversão sexual não mais poderiam ser consideradas pecado, vício ou crime; sendo demonstrado tratar-se de manifestações patológicas, somáticas ou psicológicas, todas necessitariam de intervenção e dos cuidados do médico ou do psiquiatra. A Medicina, depois de libertar os loucos de suas prisões, ajudaria também os indivíduos que eram vítimas de suas taras e anomalias.

Um dos biomédicos higienistas brasileiros que mais buscou informações sobre o tema foi José Ricardo Pires de Almeida, que em 1906, escreveu o livro “Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro)”, Ele destaca que a literatura e a educação modernas eram responsáveis pelo “homossexualismo” feminino, pois:

(...) retirou a mulher da penumbra silenciosa do lar para as agitações tumultuosas do mundo, abrindo-lhe horizontes desconhecidos, iniciando-as no segredo do vício, despertando-lhes curiosidades indiscretas. (Pires de Almeida apud Trevisa, 2000, p. 180).

Os tratamentos na época geralmente eram incentivos ao padrão dito como “normal” e de desprestígio do que era “anormal”. Pires de Almeida defendia como forma de tratamento o convencimento, onde o “doente” era obrigado a ler romances em que a beleza feminina despertasse paixões, ou ainda dormir com mulheres nuas ou vestidas de homem. O médico ainda recomendava 30 a 100 sessões de hipnose para “incutir ao doente a repulsão, o nojo, o horror pela sua anormalidade” (PIRES DE ALMEIDA apud TREVISAN, 2000, p.181).

O médico também acreditava que a “pederastia” poderia ser combatida, com o aumento das prostitutas, ele argumentava que o número de pederastas no Rio de Janeiro havia diminuído entre a primeira e a segunda metade do século XIX, uma vez que em 1846 a cidade foi invadida por prostitutas europeias, convidadas a imigrar e ali se estabelecerem pelas autoridades locais apoiadas pelo Consulado de Portugal.

Muitos estudos buscam apontar as possíveis causas e/ou origem da identidade homossexual: o determinismo é uma das correntes que traz argumentos para explicar a causa

da homossexualidade, e tem como objetivo defender e admitir uma causa biológica para todos os fatos. Diante dessa perspectiva teórica, a genética, a endocrinologia e a neurociência têm argumentos para explicar o porquê da homossexualidade.

A investigação das “causas” biológicas da homossexualidade não é um fenômeno recente, e segundo Oliveira (2002), um médico romano do século V, Célio Aurelino, considerava que a identificação homossexual era um sinal de perturbação mental, mesmo não havendo prejuízo das faculdades mentais, e considerava também que essa “anomalia” era resultado de uma deformidade congênita ou de uma enfermidade herdada.

Na Idade Média e, logo depois, com o avanço da ciência na Modernidade, concretizou-se uma representação negativa da homossexualidade. E a Medicina psiquiátrica passou a qualificar o comportamento do sujeito, cujo desejo sexual era direcionado a alguém do mesmo sexo como vício, perversão, tara, inversão, degeneração e patologia, entre outras.

Segundo TORRÃO FILHO (2000), foi Carl Westphal, um psiquiatra alemão, o primeiro cientista a dar ao estudo da homossexualidade um status científico, publicando o caso clínico de uma mulher homossexual, em 1869, que define a condição de sua paciente como tendo “sentimentos sexuais contrários”. Ele concluiu que a anormalidade era congênita, em vez de adquirida. Sendo assim, Westphal passa, então, a estudar mais de 200 casos desse tipo, desenvolvendo uma classificação da variedade de comportamentos associados à homossexualidade.

Charcot na França também concluiu que a homossexualidade era herdada, depois de falhar em curar pacientes por hipnose. Para Moreau, colega de Charcot, a homossexualidade era resultado de uma “fraqueza constitucional” e de “forças ambientais”. Foi Von Krafft-Ebing um dos maiores estudiosos do desvio sexual com o trabalho intitulado *Psychopathia Sexualis* que apontou que a homossexualidade deriva de fatores hereditários e adquiridos.

O criminologista italiano César Lombroso, argumenta, por sua vez, que, como representavam um estágio de desenvolvimento mais baixo do que o dos heterossexuais, os homossexuais não podiam ser responsabilizados pelo seu fracasso, não justificando sua punição, no entanto deveriam ficar restritos a asilos, devido ao perigo que representavam para a sociedade.

Segundo TORRÃO FILHO (2000), o médico alemão Karl Heinrich Ulrichs, em 1860, propõe uma interpretação congênita da homossexualidade, se tornando um dos maiores defensores dos homossexuais, pois para ele os genitais dos homossexuais se desenvolviam

apropriadamente, mas o mesmo não ocorria com seu cérebro, o que fazia com que uma alma feminina pudesse habitar o corpo de um homem.

Já para NAPHY (2004), as ideias de Havelock Ellis (1859-1939), era que a homossexualidade tinha um histórico familiar; que muitos gays e lésbicas teriam apresentado comportamentos típicos do sexo oposto ao seu, quando crianças; e que o desejo homossexual parecia surgir espontaneamente, sem ter sido ensinado, discutido ou observado pela criança, e em seu trabalho *Inversão Sexual*, Ellis tentava demonstrar que a homossexualidade era inata, o que o levou a defender a tolerância, razão pela qual foi proibido na Inglaterra.

E no século XX, a literatura médica adotou a hipótese que a homossexualidade seria determinada biologicamente, o que gerou uma série de tentativas cirúrgicas e hormonais visando a transformar homossexuais em heterossexuais (GREENBERG, 1988 apud SILVA, 2007).

Uma das primeiras tentativas de curar a homossexualidade com cirurgia foi realizada em 1917, por Steinach, que descreveu tal intervenção como hemi-castração de um homossexual masculino, onde era realizado paralelamente um transplante de tecido testicular de um doador heterossexual. A hipótese era que ao realizar o transplante de um tecido testicular “saudável” de um heterossexual, fazia com que a mudança de orientação sexual, fosse mais fácil e que possibilitaria, inclusive, a geração de filhos. O experimento foi um fracasso (SCHMIDT, 1984 apud SILVA, 2007).

Na Alemanha em 1962, Roeder apresentou uma nova técnica cirúrgica, que provocaria uma lesão no lado direito do cérebro do indivíduo homossexual, a que também não obteve sucesso algum. E a experiência com hormônios sexuais, por outro lado, vinha da hipótese de que determinados indivíduos teriam interesses homossexuais porque não possuíam níveis apropriados de hormônios masculinos ou femininos. Essa técnica de aplicar hormônios masculinos em homens gays não fez com que eles mudassem sua orientação sexual; no entanto, fez aumentar o desejo homossexual desses indivíduos. (SCHMIDT; SCHORSCH, 1981 apud SILVA, 2007).

Podemos destacar também, estudos realizados no ano de 1991 que afirmam que a homossexualidade pode ter sua origem explicada em estudos realizados com cérebros, e que a causa estaria na semelhança existente entre o cérebro feminino e o cérebro do homossexual. Onde pequenas diferenças detectadas através de um exame de ressonância magnética seriam a prova da característica biológica como justificativa para o surgimento da homossexualidade.

Como afirma o pesquisador Simon Le Vay, que ao ter encontrado em cérebros de cadáveres, uma diferença estrutural de tamanho nos hipotálamos de gays e lésbicas - o hipotálamo nos homossexuais, seria de menor tamanho, ou seja, os gays tinham o hipotálamo, região do cérebro associada ao comportamento sexual, menor e mais semelhante com o hipotálamo das mulheres (HILTON, 1992). Simon Le Vay realizou seu estudo a partir de quatro grupos de neurônios do hipotálamo, indicados como INAH1, INAH2, INAH3 e INAH4, no entanto, “o grupo INAH3 mostrou ser o dobro do tamanho no conjunto dos homens heterossexuais comparativamente ao conjunto dos homens homossexuais e, idêntico entre estes últimos e mulheres heterossexuais” (MATEUS & ROSA, 2009, p. 3).

Outra contribuição para uma possível origem da homossexualidade é a genética, pois há vestígios de que a homossexualidade poderia ter outra causa biológica. Pois, em estudos feitos com gêmeos encontram-se explicações da área da genética como fator de altíssima influência na identidade homossexual. Nesse âmbito afirmam que:

(...) no caso dos gêmeos monozigóticos, por ambos possuírem o mesmo padrão genético, quando a sua separação é precoce, é possível estudar as influências de diversos fatores, nomeadamente ambientais. Os gêmeos dizigóticos são uma espécie de “grupo de controle” nestas experiências, pois como partilham, em média, 50% do padrão genético, é possível averiguar se as diferenças na prevalência do traço, em questão, são devidas a componentes genéticos. Estudos com gêmeos univitelinos demonstram uma correspondência de mais de 50% entre a sexualidade dos dois irmãos, isto é, existem grandes probabilidades de ambos os irmãos terem a mesma orientação sexual, neste caso, em relação à homossexualidade (MATEUS & ROSA, 2009, p. 2).

Uma e possível explicação endócrina da homossexualidade ocorreu na primeira década do século XX:

A partir dos trabalhos de Eugen Steinach com transplantes de testículos de homens heterossexuais para homens homossexuais. Em 1935, Clifford Wright publicou haver encontrado diferenças hormonais (menos testosterona e mais estrogênio) em homossexuais, comparativamente a homens heterossexuais. Esta pesquisa – e as diversas que a seguiram – tinha como propósito a “conversão” à heterossexualidade, assim, iniciava-se a organoterapia. (MENEZES apud LE VAY, 1996, p. 123).

Alguns estudos sobre a hipótese hormonal para explicar a origem da identidade homossexual, declaram que fetos predestinados à homossexualidade masculina não absorvem com eficácia o hormônio testosterona durante o desenvolvimento, ocasionando uma “falha” no desenvolvimento dos circuitos responsáveis pela atração ao sexo oposto, ou seja, a causa considerada para a homossexualidade masculina no âmbito da teoria hormonal é:

(...) relativa aos níveis de stress a que o feto se encontra exposto durante a gravidez pois, por incrível que pareça, homens que foram concebidos e que nasceram em períodos de grande stress são mais frequentemente homossexuais do que homens concebidos noutras alturas. Isto porque, o cortisol, a hormônio do stress, é produzido a partir do mesmo precursor que a testosterona, podendo assim consumir a “matéria prima”, deixando menos quantidade para a transformação em testosterona (MATEUS & ROSA, 2009, p.3).

Já para a homossexualidade feminina, a explicação é dada a partir do não funcionamento de uma proteína no útero que é responsável por proteger fetos femininos contra a exposição excessiva à reação hormonal masculina, ou seja, devido a essa “deficiência” em seu funcionamento, tal proteína não protege suficientemente o feto feminino que fica sujeito à ação dos hormônios masculinos (ANDRADE, 2004).

Durante essa trajetória de determinação da causa da homossexualidade, muitos foram os estereótipos criados que contribuiu para a definição do/a homossexual como o/a anormal, o/a doente, o/a desviante. Porém, surge a necessidade de compreender como foram tratados os aspectos psíquicos, para tanto observaremos a abordagem psicanalítica, focalizada na teoria freudiana da sexualidade, pois acredita-se que esta seja a mais enfática contribuição da Psicologia para o tema.

2.1 - A homossexualidade em Freud

No fim do século XIX os cientistas passaram a se preocupar com a questão da sexualidade como uma determinação fundamental do comportamento humano. Com o surgimento do termo homossexualidade em 1860, pelo médico austro-húngaro Karoly Maria Benkert (1824-1882), o uso de terminologias variava de acordo com as épocas, culturas e discursos vigentes: sodomitas, invertidos, doentes mentais ou perversos, dentre outros.

Segundo Benkert 1860, a expressão explica que:

Além do impulso sexual normal dos homens e das mulheres, a Natureza, do seu modo soberano, dotou à nascença certos indivíduos masculinos e femininos do impulso homossexual. [...] Esse impulso criaria, de antemão, uma aversão direta ao sexo oposto (BENKERT, 1860, apud NAPHY, 2006, p. 220)

A partir de então, entre 1870 e 1910, o termo impôs-se progressivamente nesta acepção em todos os países ocidentais, substituindo as antigas denominações que caracterizavam essa forma de relacionamento. Surge neste mesmo período, a sexologia ou ciência sexual a partir do trabalho dos três pais fundadores da doutrina: Krafft-Ebing (psiquiatra austríaco: 1840-1902), Albert Moll (médico alemão: 1862-1939) e Havelock Ellis (médico e escritor inglês: 1859-1939). (ROUDINESCO & PLON, 1998). As ideias e as abordagens utilizadas apresentavam-se bastante divergentes e o comportamento sexual mistura estreitamente a bissexualidade, a homossexualidade, o hermafroditismo e os fenômenos do travestismo.

Neste momento, surge Freud com seu espírito curioso, prematuramente teve sua atenção despertada para a importância da sexualidade na constituição das neuroses. E com o passar dos anos, Freud se via-se cada vez mais envolvido pelos resultados de suas investigações a dar importância aos fatores sexuais na etiologia, e os anos seguintes apenas confirmaram e ampliaram suas conclusões.

O conceito de sexualidade, que alicerça toda a construção da doutrina psicanalítica, foi elaborado por Freud de maneira cuidadosa e inovadora. Fazendo dela uma disposição psíquica universal e inerente à atividade humana, Freud rompeu com o discurso biologizante sustentado pela sexologia, que, a partir da noção de instinto, reduzia o sujeito a um padrão fixo de comportamento e classificava de perversa toda e qualquer conduta sexual que não conduzisse à preservação da espécie.

Vale ressaltar que Freud, antes de ser psicanalista, era médico, e para a medicina quando se tem uma doença/patologia é necessário investigar a causa. A homossexualidade na época de Freud era vista como uma doença, e deveria ser pesquisada conforme o modelo médico.

E mesmo assim, não nos parece que Freud entendia a heterossexualidade como superior à homossexualidade, mas pressupunha uma bissexualidade original nos seres humanos:

Não compete à psicanálise solucionar o problema do homossexualismo (...). A psicanálise possui uma base comum com a biologia, ao pressupor uma bissexualidade original nos seres humanos (tal como nos animais) ” (FREUD, 1996 [1920], p. 182-183).

Para Freud a libido (da ordem do desejo, do prazer, do gozo) do indivíduo, pode se direcionar tanto para um objeto do mesmo sexo como de sexo oposto, sem que uma orientação seja mais adequada ou normal que a outra.

Uma pessoa ama, conforme o tipo narcísico e conforme o tipo de apoio. E podemos classificar de maneira em que o tipo de narcísico é o amor: onde o que ela ama e a si mesma, o que ela mesma foi, o que ela mesma gostaria de ser, a pessoa que foi parte dela mesma. E conforme o tipo de “apoio”: a mulher nutriz, o homem protetor e a série de substitutos que deles derivaram. (FREUD, 2010 [1914], p. 35-36). E dessa forma, abre-se um leque de várias possibilidades para cada indivíduo direcionar sua libido, e fazer sua escolha.

E foi com o discurso da pulsão, que Freud transformou o saber da época, ao nos apresentar sua publicação “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (FREUD, 1905/1996). Freud revela o caráter revolucionário da sexualidade humana com o conceito de pulsão e sua inerente plasticidade, afirmando que a Psicanálise se recusa a considerar os homossexuais possuidores de características especiais:

A psicanálise considera, antes, que a independência da escolha objetal em relação ao sexo do objeto, a liberdade de dispor igualmente de objetos masculinos e femininos, tal como observada na infância, nas condições primitivas e nas épocas pré-históricas, é a base originária da qual, mediante a restrição num sentido ou no outro, desenvolvem-se tanto o tipo normal como o invertido. No sentido psicanalítico, portanto, o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química. (FREUD, 1905/1996, p.137-138)

Ao estender sua reflexão ao campo da sexualidade infantil, Freud demonstra que a pulsão tem um caráter parcial que, por si só, não permite restringir a sexualidade humana à genitalidade; já que sua parcialidade não abrange a totalidade da tendência sexual: a função biológica da reprodução.

A partir de então, ao nos apresentar a sexualidade atrelada a uma essência polimorfa e aberrante, Freud coloca todos os sujeitos em igualdade da criança ao adulto e estabelece uma nova ponte entre o normal e o patológico.

Apesar de jamais Freud ter usado a palavra “instinto” para se referir as pulsões, estas ainda aparecem marcadas por alguma obscuridade que gera a aproximação sinonímica entre pulsão e instinto e, conseqüentemente produz equívocos entre os psicanalistas que corroboram para a difusão dos desvios teóricos.

Segundo Freud (1972), criador da teoria psicanalítica, ele defende que a homossexualidade está associada ao inconsciente:

Estudando as excitações sexuais, além das que se manifestam abertamente, descobriu que todos os seres humanos são capazes de fazer uma escolha-de-objeto homossexual e que na realidade o fizeram no seu inconsciente (...), assim, do ponto de vista da psicanálise, o interesse sexual exclusivo de homens por mulheres também constitui um problema que precisa ser elucidado, pois não é fato evidente em si mesmo (Freud 1972, p. 146).

Dessa forma, para a psicanálise, os fundamentos da homossexualidade seria uma posição libidinal, uma orientação sexual, tão legítima quanto à heterossexualidade. Freud sustenta essa posição partindo do complexo de Édipo, fundado sobre a bissexualidade original, como referência central a partir da qual a chamada “escolha de objeto” ou “solução”, vai se constituir. Tal desígnio não depende do sexo do objeto, é a base dos investimentos futuros uma vez que os libidinais homossexuais estão presentes, ainda que no inconsciente, em todos os seres humanos desde o início da vida, Freud (1905) opõe-se:

(...) com o máximo de decisão, que se destaquem os homossexuais, colocando-os como um grupo à parte do resto da humanidade, como possuidores de características especiais [...]. Ao contrário, a psicanálise considera que a escolha de um objeto, independentemente de seu sexo – que recai igualmente em objetos femininos e masculinos –, tal como ocorre na infância, nos estágios primitivos da sociedade e nos primeiros períodos da história, é a base original da qual, como consequência da restrição num ou no outro sentido, se desenvolvem tanto os tipos normais quanto os invertidos. (FREUD, 1905, p. 146).

E assim continua Freud (1905), no mesmo enunciado:

[...] do ponto de vista da psicanálise, o interesse sexual exclusivo de homens por mulheres também constitui um problema que precisa ser elucidado, pois não é fato evidente em si mesmo, baseado em uma atração afinal de natureza química. (FREUD, 1905, p. 146).

Em 1920 mais precisamente, ele deixa ainda mais clara sua posição em relação à homossexualidade:

Não compete à psicanálise solucionar o problema do homossexualismo. Ela deve contentar-se com revelar os mecanismos psíquicos que culminaram na determinação da escolha de objeto, e remontar os caminhos que levam deles até as disposições pulsionais. (FREUD, 1920, p. 211).

Pode-se perceber, então, que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade são destinos pulsionais ligados a resoluções edípicas. A base da argumentação de Freud está na visão completamente nova e revolucionária que ele dará à noção de psicosexualidade.

E conforme afirma Vieira (2009), apesar de haver alguns equívocos e contradições nas atitudes de Freud em relação à homossexualidade, ele foi um militante do seu tempo contribuindo para uma mudança no discurso sobre a mesma nos dias de hoje. E segundo a autora, Freud escreveu uma teoria psicanalítica que criticava o discurso psiquiátrico de sua época, quando questiona, por exemplo, a hereditariedade e a degeneração.

Neste sentido, a posição freudiana muda em relação ao método descritivo do final do século XIX, pelo esforço de aniquilar a marca patogênica da homossexualidade forjada a ferro e fogo pela medicina psiquiátrica da época (VIEIRA, 2009, p. 496).

Cabe ressaltar que em seu trabalho “Três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos”, Freud mostra sua posição em relação à homossexualidade, que nada tem em comum com as ideias de alguns psicanalistas, que confundem homossexualidade com perversão, ou acreditam que os homossexuais são seres diferentes dos heterossexuais:

A investigação psicanalítica opõe-se com toda firmeza à tentativa de separar os homossexuais dos outros seres humanos como um grupo de índole singular. (...) A psicanálise considera, antes, que a independência da escolha objetal em relação ao sexo do objeto, a liberdade de dispor igualmente de objetos masculinos e femininos, tal como observada na infância, nas condições primitivas e nas épocas pré-históricas, é a base originária da qual, mediante a restrição num sentido ou no outro, desenvolvem-se tanto o tipo normal como o invertido. No sentido psicanalítico, portanto, o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química. (FREUD, 1996 [1905], p. 137-138).

Assim, entende-se que a escolha de quem cada indivíduo vai amar e desejar sexualmente é inconsciente, ficando à mercê da vontade, não podendo ser considerada uma opção consciente e racional; e está relacionada com a maneira que cada indivíduo resolve seu “Complexo de Édipo”.

De acordo com Freud o complexo de Édipo ocorre quando a criança reconhece o amor que sente pela mãe e o ciúme conflitivo em relação ao pai, em função do afeto que lhe dedica. Afirmando assim a universalidade do Édipo, que “a todo ser humano é imposta a tarefa de dominar o Complexo de Édipo [...]” (p. 77).

A explicação feita por Freud através do Mito Édipo é baseada na peça Édipo-Rei, de Sófocles, que retrata a materialização de fantasias incestuosas caracterizadas pela vontade de

matar o pai e pelo desejo de possuir a mãe. O autor defendeu que a forma como se dava o ingresso e a resolução do Édipo colocaria uma triangulação que deixaria marcas na estruturação e no desenvolvimento psíquico do indivíduo, o Vocabulário da Psicanálise define que:

Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 77)

No início, Freud defendia que durante a fase do complexo de Édipo normal, a criança ficava ligada ao genitor do sexo oposto, e seu relacionamento com o do seu próprio sexo predominantemente hostil. Em seu texto *Sexualidade Feminina* Freud (1931) amplia o conteúdo do complexo de Édipo, incluindo as relações da criança com ambos os genitores, ao afirmar que “[...] a mulher só atinge a normal situação edipiana positiva depois de ter superado um período anterior, que é governado pelo complexo negativo”. Assim, o autor define o período pré-edipiano aquele em que a mãe seria o primeiro objeto amoroso tanto da menina como do menino.

O caminho para a feminilidade seria mais complexo do que o que seria trilhado rumo ao masculino, pois o fato de a mãe ser o primeiro objeto de amor da menina faz com que se supõe a existência de uma relação homoerótica, o que não ocorre com o menino, cuja ligação com a mãe é de heterossexualidade. Partindo dessa hipótese, a menina renunciaria ao amor materno para que pudesse, futuramente, ter o falo paterno, por meio de um filho. Enquanto o menino trocaria o amor à mãe pelo de outra mulher, eleita como seu novo objeto (FREUD, 1931).

Já no processo edipiano masculino, o pai entra na relação mãe-filho como figura repressora, representante da lei, interditor do incesto, que deve ser combatido no plano da fantasia. Ele se torna uma figura ambivalente para o filho, pois, sendo uma imagem de amor e modelo, passa a ser também seu pior rival, e os comportamentos de combate do filho são notáveis, como o ciúme excessivo da mãe quando o pai se aproxima ou como a expressão do desejo de casar-se com ela.

E tudo é realizado no plano da fantasia: a criança percebe-se mais fraca que o pai, e seu medo é dirigido para o pênis, que é o ponto de origem do desejo pela mãe. E a castração seria o ataque que impediria a consecução de seus desejos. O temor da castração é o temor da perda do que o órgão fálico que representa: conquista poder, atividade.

A partir disso Freud passa a relacionar sexualidade e os órgãos sexuais, como uma função abrangente em que o prazer é sua finalidade principal, sendo a reprodução uma meta secundária. Além disso, ao revelar que a sexualidade vai além dos órgãos genitais, o autor leva “as atividades sexuais das crianças e dos pervertidos para o mesmo âmbito que o dos adultos normais” (FREUD, 1925, p. 52). Passando assim a não existir diferença qualitativa entre o normal e o patológico. A diferença reside nas pulsões componentes dominantes na finalidade sexual, e cada sujeito possui um vestígio de escolha de objeto homossexual.

Em 1903, quando a homossexualidade era tida como um problema médico e jurídico, o jornal vienense *Die Zeit* pede a Freud que se pronuncie sobre um escândalo envolvendo uma importante personalidade acusada de práticas homossexuais. Nesse momento, Freud não apenas argumenta seus pontos de vista teoricamente como os sustenta na prática. Ele se posiciona, dizendo que:

A homossexualidade não é algo a ser tratado nos tribunais. [...] Eu tenho a firme convicção que os homossexuais não devem ser tratados como doentes, pois tal orientação não é uma doença. Isto nos obrigaria a qualificar como doentes um grande número de pensadores que admiramos justamente em razão de sua saúde mental [...]. Os homossexuais não são pessoas doentes (FREUD, 1903 apud MENAHEN, 2003, p. 14).

Freud escreve em 1935 uma carta a uma mãe americana, que solicita seus conselhos sobre seu filho homossexual.

A homossexualidade não é, certamente, nenhuma vantagem, mas não é nada de que se tenha de envergonhar; nenhum vício, nenhuma degradação, não pode ser classificada como doença; nós a consideramos como uma variação da função sexual (FREUD apud JONES, 1979, p. 739).

Freud elabora sua teoria sobre a inversão a partir do objeto sexual e também faz classificações a diversidade do comportamento dos invertidos em três categorias: os invertidos absolutos, os invertidos anfígenos e os invertidos ocasionais.

Os invertidos absolutos têm como objeto sexual apenas pessoas do mesmo sexo e demonstram frieza ou aversão sexual pelo sexo oposto. O que para Freud (1905), “essa

aversão os incapacita de praticarem o ato sexual normal, ou então não extraem dessa prática nenhum gozo” (p. 128). Os invertidos anfigenos, os hermafroditas sexuais, têm como objeto sexual tanto pessoas do mesmo sexo, quanto pessoas sexo oposto. E os invertidos ocasionais são aqueles que têm tendências à determinação de seu comportamento invertido para as condições externas, como a inacessibilidade do objeto sexual e a imitação, podendo tomar como objeto sexual uma pessoa do mesmo sexo e encontrando com ela satisfação no ato sexual.

Assim, resumindo o pensamento de Freud a respeito da homossexualidade em geral, pode-se lançar mão do que diz o autor em uma carta escrita em 1939 a uma mãe que o consultara sobre a possibilidade de tratamento da homossexualidade de seu filho, quando afirma que a homossexualidade não é uma doença, não obstante também não é uma vantagem. A Psicanálise, afirma Freud, a considera uma variante da função sexual, produto de uma detenção do desenvolvimento e não se propõe, portanto, a curá-la (BARBERO, 2005).

3 - A TEORIA COMPORTAMENTAL E A HOMOSSEXUALIDADE

Nos capítulos anteriores, procurou-se esboçar um cenário de como a homossexualidade foi percebida ao longo da história. Primeiro houve a transformação de uma prática cultural-ritualística, que marcava o processo de aprendizagem humana sobre o mundo para algo pecaminoso e contrário aos desígnios de uma fé judaico-cristã que via no relacionamento sexual um único objetivo: a procriação. Esta última visão, se configurou como um discurso hegemônico que perdura até a atualidade sendo a principal influência sobre o assunto.

Em um segundo momento, percebe-se que passaram a existir, sob a influência de um racionalismo típico da idade moderna, explicações científicas sobre os motivos que levavam à inversão sexual. A partir desse ponto, começa-se a pensar a homossexualidade como uma doença que necessita ser exterminada, para tanto são criados tratamentos e terapias. Com o surgimento da teoria psicanalítica e a ênfase dada à sexualidade, Freud concluiu que,

(...) a saúde pode conviver com a perversão, ficando para a psicopatologia os casos em que há adoecimento psíquico associado à perversão. A demanda para tratamento seria, assim, apenas adaptativa, estando ela ligada a motivos externos, como as desvantagens e perigos sociais suscitados pela escolha de objeto homossexual. (MESQUITA, 2008, p.70)

Estas desvantagens suscitadas pela prática homossexual podem ser manifestadas de variadas formas desde a não aceitação social, familiar e religiosa até o preconceito ainda muito presente nas sociedades ocidentais. Neste sentido, este capítulo busca compreender, a partir da teoria comportamental, como as citadas desvantagens podem agir para reforçar o comportamento homossexual ou para puni-lo.

Todos os organismos nascem, em maior ou menor grau, preparados para se relacionar com o mundo que os cerca, ou seja, nascem com um repertório comportamental inato. Aos comportamentos inatos dos organismos, damos o nome de reflexos incondicionados. (MOREIRA, MEDEIROS, 2007, p.85)

Em psicologia define-se os reflexos incondicionantes como sendo muito importantes para a sobrevivência das espécies, onde o reflexo é definido como uma relação entre o estímulo e uma resposta, “referindo-se o estímulo a aspectos (mudanças) do ambiente e a

resposta a aspectos (mudanças) do organismo”. Temos também o reflexo aprendido outra característica que se desenvolve no ser humano como afirma Moreira e Medeiros (2007):

Os reflexos incondicionados (inatos) são uma preparação mínima para o organismo interagir com seu ambiente. Esse ambiente não é estático. Portanto, aprender novas formas de se relacionar com o ambiente provou ser de grande valor para a sobrevivência dos organismos. Chamamos esses reflexos de aprendidos no decorrer da vida de um organismo de reflexos condicionados. (MOREIRA, MEDEIROS, 2007 p.87)

Pode se perceber que para explicar o comportamento homossexual utiliza-se bastante da teoria do inato versus aprendido, e se faz presente em pesquisas atuais especialmente no que se refere às metodologias utilizadas.

Trevisan (2002) afirma que apesar de ser o estudo do comportamento homossexual traz em si concepção de que haveria algo de errado no padrão homossexual. E, portanto a investigação deveria levar um indivíduo a ser homo, hétero ou bissexual, pois ao investigar apenas o comportamento homossexual, parte-se do princípio que a norma seria ser heterossexual, de modo que ser homossexual seria consequência de um desvio a ser explicado. E o que se define com relação ao homossexual é válido para a heterossexualidade.

Skinner (1953/2000), por sua vez, defende a busca das variáveis controladoras do comportamento no ambiente externo, isto é, a identificação da função do comportamento a partir de variáveis públicas acessíveis e manipuláveis. Àqueles estímulos que aumentam a probabilidade de emissão da resposta que os produzem, Skinner (1953/2000) chamou reforçadores e àqueles que reduzem a probabilidade da resposta que os produzem e aumentam a probabilidade da resposta que os evitam ou eliminam, de aversivos. Como resposta inata, Skinner (1953/2000) considera os comportamentos reflexos, os quais resultariam da seleção natural, tendo função de sobrevivência durante a evolução da espécie. Contudo, Skinner (1953/2000) afirma que: “se reunirmos todos os comportamentos que caem na categoria de simples reflexo, teremos apenas uma pequena fração do comportamento total do organismo” (p.54).

A partir das afirmações de Skinner sobre o comportamento humano, é que passamos a analisar os métodos de reforço e punição o qual trataremos no subcapítulo seguinte.

3.1 Comportamentos reforço/punição

Ao enfatizar o papel das consequências ontogenéticas no controle do comportamento, Skinner (1953/2000) depara-se com o questionamento do que seria responsável pela função reforçadora de um estímulo e afirma que “uma explicação biológica do poder reforçador será talvez o mais longe que se possa ir, ao dizer por que um evento é reforçador” (p.93). Esta afirmação indica a existência de um componente biológico anterior que possibilitaria a aprendizagem – provavelmente associado à função de sobrevivência, como pode ser observado nos reforçadores primários. Contudo, a relevância deste componente é, logo em seguida, relativizada:

Semelhante explicação é provavelmente de pouca ajuda para uma análise funcional, pois não nos proporciona nenhum meio de identificar um estímulo reforçador como tal antes de testarmos seu poder reforçador sobre um dado organismo. Temos, portanto, de contentar-nos com um levantamento em termos dos efeitos dos estímulos sobre o comportamento (Skinner, 1953/2000, p.93).

Skinner (1953/2000) analisa alguns termos usualmente aplicados na explicação do comportamento, como o impulso, maturação e instinto. Para ele, “impulsos tendem a ser concebidos mais como fisiológicos” (p.157), mas seria, na realidade, “um recurso verbal com o qual descrevemos um estado de frequência de comportamento” (p. 158), estando diretamente relacionado à privação (punição) e à saciação. Desta forma, Skinner (1953/2000) destaca a importância da privação para que haja o condicionamento de uma dada resposta, sendo que, quando é observado um aumento na probabilidade de emissão de uma resposta tende-se a usar o termo “impulso” como explicativo. Sendo, assim, “usamos o conceito de impulso para explicar mudanças de probabilidade não explicadas” (Skinner, 1953/2000, p.164). A partir deste ponto de vista, o autor critica a pertinência da utilização do conceito de impulso, já que este também requer explicação, recorrendo a outros fatores, como, por exemplo, o nível de privação do organismo.

O conceito de instinto, enquanto comportamento apresentado por todos os membros de uma espécie é considerado pelo autor uma “ficção explanatória” (p.173), pois pode indicar uma probabilidade maior de que seja emitida a resposta característica da espécie, mas não como explicação do porquê de tal resposta ser emitida. Esta maior probabilidade é compreendida por Skinner (1953/2000) como característica da espécie, tanto quanto “certas

características de anatomia e fisiologia internas” (p.173), mas que, por não serem passíveis de manipulação, não podem ser controladas. E apesar disso, Skinner (1953/2000) conclui que é pertinente conhecer os comportamentos típicos da espécie de modo a aumentar a capacidade de previsão de resposta e, conseqüentemente, possibilitar intervenções mais eficazes nesse âmbito.

Já no que se refere ao comportamento operante, o papel da evolução seria percebido no desenvolvimento da suscetibilidade a determinados estímulos reforçadores, a partir – também – do seu valor de sobrevivência para a espécie. Certos organismos teriam evoluído de modo que determinados estímulos possuiriam função reforçadora para certas respostas, mas o desenvolvimento de um padrão de resposta específico se daria, a partir da interação com o meio, através do papel exercido pelas conseqüências produzidas pelo comportamento.

Deste modo, Skinner discute a interação entre a evolução e as contingências ambientais ontogenéticas a partir de uma perspectiva funcional, e discorda da necessidade de identificar se um dado padrão é inato ou aprendido, já que para ele tal resposta não aumentaria o controle sobre o comportamento, e faz com que enfatize, assim, variáveis que sejam passíveis de manipulação direta.

Segundo Chauí (1984) a repressão sexual é um “conjunto de interdições, permissões, normas, valores e regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade” (p.9). Para haver controle, é necessário pensarmos que o comportamento “natural” (ou mais reforçador para o indivíduo) deve ser reprimido. Chauí afirma que reprimir seria, através de procedimentos sociais, travar algo que iria numa direção não aceita ou não desejável para o grupo. Os homossexuais passaram por varias formas de punição, e reforço técnicas que frequentemente são analisadas, e muitas das vezes questionadas. Como afirma Skinner (2000):

Em resumo, o grau em que usamos a punição como técnica de controle parece se limitar apenas ao grau em que podemos obter o poder necessário. Tudo isso é feito com a intenção de reduzir tendências de se comportar de certa maneira. O reforço estabelece essas tendências; a punição destina-se a acabar com elas. (SKINNER, 2000, p.199)

Do ponto de vista skinneriano, determinado comportamento pode ter efeitos diferentes sobre as outras pessoas do grupo: onde o reforçamento positivo oferece alguma coisa ao organismo; o negativo permite a retirada de algo indesejável, o que para alguns, é ruim, para outros pode ser considerado bom; o comportamento pode ter efeito a curto prazo e

a longo prazo, e assim sendo classificado como bom ou mau em diferentes momentos (Skinner, 1953/2000).

A longo prazo, a punição, ao contrário do reforço, funciona com desvantagem tanto para o organismo punido quanto a agência punidora. Os estímulos aversivos necessários geram emoções, incluindo predisposições para fugir ou retrucar, e ansiedades perturbadoras. Por milhares de anos os homens se têm perguntado se o método não poderia ser aperfeiçoado ou se algum outro procedimento não seria melhor. (SKINNER, 1953/2000 p.199)

Os efeitos da punição nos experimentos de Skinner (1953/2000) declaram que:

O efeito da punição foi uma supressão temporária do comportamento, não uma redução no número total de respostas. Mesmo sob punição severa e prolongada, a frequência de respostas aumentará quando cessar a punição, e embora sob essas circunstâncias não seja fácil mostrar que todas as respostas originalmente possíveis aparecerão, tem se verificado que depois de certo tempo de frequência de respostas não é mais baixa do que seria se não houvesse acontecido a punição. (SKINNER, 1953/2000, p.201)

Através dos estudos de Skinner podemos então perceber que a punição aumenta a frequência de respostas do indivíduo, “e não reduz permanentemente uma tendência para responder esta de acordo com a descoberta de Freud sobre a atividade sobrevivente do que chamou de desejos reprimidos”.

Os estímulos reforçadores podem ser recebidos de diversas formas como afirma Skinner (1953/2000):

Primeiro definimos um reforçador positivo como qualquer estímulo que, quando apresentado, aumenta a frequência do comportamento ao qual é contingente. Definimos um reforçador negativo (um estímulo aversivo) como qualquer estímulo que, quando retirado, aumenta a frequência do comportamento. Ambos são reforçados no sentido literal de reforçar ou aumentar a frequência de uma resposta. (SKINNER, 1953/2000, p.201)

Skinner trabalhou nesse processo de eliminação dos comportamentos indesejáveis ou inadequados e denominou-o extinção. O condicionamento operante para a extinção foi curto. Se for o esforço ou o efeito que mantém um comportamento operante, com certeza a ausência desse reforço fará desaparecer a resposta.

Outra forma de extinção do comportamento é a chamada punição. A extinção, pela suspensão do reforço, é uma maneira demorada de "eliminar" uma resposta. Quando se trata de eliminar um comportamento muito inadequado e que possa trazer perigo ao próprio

organismo é preciso usar uma técnica mais eficiente. Sabendo que todo o organismo tende a fugir de estímulos aversivos, indesejáveis, é possível dosar a intensidade desses estímulos para, sem agredir o organismo, desestimulá-lo a continuar emitindo uma determinada resposta. Isso é quando o indivíduo que emite algum comportamento indesejável recebe algumas punições e que levam o indivíduo a extinguir tal comportamento, até o seu desaparecimento.

É preciso certo cuidado para não confundir o reforçamento negativo com a punição. No reforçamento negativo, um comportamento está sendo instalado para evitar um estímulo desagradável; no caso da punição, um determinado comportamento estará sendo eliminado através da emissão de um estímulo aversivo.

Para Chauí (1984), em relação ao comportamento sexual, a religião cristã define que a prática de comportamentos indesejáveis, como atividades sexuais sem finalidade procriadora, trariam o “abaixamento espiritual” ou levariam o indivíduo ao inferno.

Skinner em sua teoria sobre o comportamentalismo estuda o comportamento dos organismos sem rejeitar a experiência imediata, procurando compreender as condições onde se desenvolve, e afirma que a experiência imediata é construída socialmente e, neste sentido, será a sociedade que determinará nossa percepção, pensamento, memória, desejo, etc. Para Skinner (1953/2000) o sujeito não é mais a origem de tudo nem é livre para determinar seu destino, tornando-se um mero produto social.

Levando em conta as palavras de Skinner (1953/2000) já que somos um mero produto, por que no caso da homossexualidade de acordo com as escolhas sofrem-se punições, e críticas muitas das vezes preconceituosa.

3.2- O preconceito como punição

O que poderia explicar o grande preconceito existente contra os homossexuais? Por que tanta punição contra pessoas que amam outras do mesmo sexo? Para responder tais perguntas devemos levar em conta a história do Brasil um país machista, levando em conta que não é difícil detectar a recorrência da homofobia nos dias atuais, seja pela religião, em nome da ordem pública, o fato é que os homossexuais na sociedade ainda são colocados no espaço da invisibilidade e da anormalidade. E essa invisibilidade na maioria das vezes e

tratada com violência e intolerância, marcada pelo preconceito. E a punição aparece através da morte física, isso em caso de ódio contra homossexuais.

Segundo Passamani (2008) a homofobia está diretamente ligada ao papel social aos quais homens e mulheres estão submetidos, ao ato sexual ligado diretamente a reprodução humana. E a representação social dos papéis de gênero é um dos grandes precursores da homofobia, considerando que a sociedade brasileira é historicamente constituída pelo modelo patriarcal machista no qual os papeis sociais de gênero são definidos a partir da reprodução humana e os afazeres domésticos são distintos para os homens e mulheres, pautando assim uma hierarquia social.

De acordo com Jordelet apud Arruda (2002) as representações sociais são:

“As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JORDELET apud ARRUDA, 2002, p.17)

Uma questão abordada é o preconceito gerado a partir de dogmas de algumas religiões, onde a pratica homofobia e a condenação da homossexualidade como pecado nefasto, isto é aquele que não se pode nomear, foi uma herança dos cristãos para a cultura brasileira, herança que é recontada, reeditada, e presente inclusive nos dias atuais e revestida de discriminatório e preconceituosa.

Passamani (2008) salienta que o Brasil tem mais de cinco séculos de tradição católica. Esta na gênese deste país que o cristianismo católico, muito embora hoje se consagre em leis o status de um país laico, porém as mentes foram acostumadas a ouvir nos ritos religiosos, obrigatórios para as boas famílias, buscando o afastamento das práticas devassas.

Segundo Trevisan apud Passamani (2008), a ideia de um lugar reservado para os homossexuais pervertidos no Brasil é explicada logo no começo do livro quando:

Pretendo com este livro realizar um trabalho de desconstrução para tentar mostrar que o Brasil a sardinha sempre foi puxada para a busca daqueles que tentam construir padrões de sexualidade baseados na padronização dos gêneros feminino e masculino (fenômenos culturais) vendidos como naturais(...). Entre nós, apesar de todas as discussões amplas e públicas sobre a homossexualidade, provocadas, sobretudo pela eclosão da AIDS, continua valendo acima de tudo o arcaico “faça, mas não diga”, genuinamente verde-amarelo-azul e branco. Quando nos idos de 1970, o então professor universitário Fernando Henrique Cardoso comprava o jornal O Lampião na Livraria Kairós, em São Paulo, e mandava embrulhar, isso mostra sem duvida que ele era um dos poucos intelectuais de esquerda tentando estar atento com seu tempo; mas também evidencia como era bom-tom, sequer a um intelectual antenado, sair por ai exibindo um jornal a mídia chamava de porta-voz dos homossexuais (TREVISAN apud PASSAMANI, 2008. p.29).

Para Passamani (2008), a cultura brasileira é uma cultura homofóbica e, intolerante em ditos diferentes, e qualquer tentativa de romper com a educação homofóbica torna-se difícil e lenta.

De acordo com Passamani (2008) durante muito tempo os homossexuais utilizaram do gueto como forma de proteção, e o gueto se tornou alvo de discriminação e perseguição por vários segmentos da sociedade. Muitos homossexuais fizeram do gueto uma forma de um espaço para a construção de uma homossexualidade “normal”, afastando se do que pode ser razão de preconceito. E o gueto passa então a aparecer como um espaço de vida seguro e de sociabilização, tornando se um espaço de desconstrução dos estereótipos e de menosprezo. É importante mencionar que os guetos são diversos entre si, e é onde se encontram aqueles que a sociedade discrimina, é no gueto que eles encontram refúgio.

MacRae apud Passamani (2008) constata que o gueto tem uma importância fundamental:

Os sentimentos de culpa e pecado que oprimem o homossexual são constantemente repostos por fatores sociais que o levam a ocultar-se, a ter medo do ridículo, da prisão, do desemprego, do ostracismo por parte dos amigos e familiares. O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, o homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em ambientes menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso, dá maior importância a existência do gueto. Mais cedo ou mais tarde, acaba afetando outras áreas da sociedade. (MACRAE apud PASSAMANI, 2008. p.299)

O gueto tem a função de encontro entre os iguais sem a presença constante do preconceito e da discriminação, muito embora estejam ali presente também.

Passamani (2008) afirma que a homossexualidade no Brasil depois de ser considerado pecado, crime, doença, enfrenta outra problemática: a confusão com o feminino; e a ligação proeminente com outro sexo. Essa relação é corrente ainda hoje, pois muitos homossexuais têm ideia de que a homossexualidade se trata de uma relação passiva com um heterossexual, ou seja, alguém na relação faz “às vezes” da mulher. Os primeiros séculos de história do Brasil, foi reservadas às minorias sexuais um lugar desprivilegiado, logo não serão três décadas de militância que farão a reparação às faltas seculares.

A violência contra homossexuais tem sido um dos maiores empecilhos para efetivamente haver a garantia dos direitos humanos e fundamentais deste segmento da

sociedade. Para entendermos como se dá esse processo, é necessário que se conceitue o que é violência, como afirma Costa (1992):

Violência é o emprego desejado da agressividade com fins destrutivos. Agressões físicas, brigas, conflitos podem ser expressões de agressividade humana, mas não necessariamente expressões de violência, a ação é traduzida como violência pela vítima, pelo agente ou pelo observador. A violência ocorre há o desejo ou intenção de destruição. (COSTA, 1992. p.103).

A violência pode ser dividida e analisada em vários aspectos, e podemos salientar os dois tipos mais comuns: a violência física e a violência psicológico-simbólica. Bourdieu apud Passamani (2008), diz que a violência simbólica constitui:

Quando o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais de que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (BOURDIEU apud PASSAMANI, 2008. p.57)

Para Bourdieu a virilidade aparece no homem como uma carga, já que ele tem que estar sempre provando e demonstrando sua capacidade reprodutiva, sexual e social, e isto não ocorrem com facilidade:

A exaltação dos valores masculinos tem sua contrapartida tenebrosa nos medos e nas angustias que feminilidade suscita: fracas e princípios de fraqueza enquanto encarnações da vulnerabilidade da honra (...). (BOURDIEU apud PASSAMANI, 2008)

Em Bourdieu, a virilidade é uma categoria relacional e precisa ser comprovada e reconhecida pelos outros, nunca apenas pelo sujeito em ação. E uma vez reconhecida o sujeito se torna um verdadeiro homem, a dominação masculina produz transformações inclusive nos corpos.

Portanto para Goffman, partimos da convicção de que o preconceito pode ser uma “maquina de guerra” presente nas relações sociais cotidianas. O preconceito se contrapõe as qualidades de caráter, como lealdade, compromisso, honestidade, propósitos que afirmam valores atemporais e regras éticas. As demandas nos espaços de trabalho, sobretudo em relações as mulheres, por exemplo, exigem juventude, boa aparência (magreza, altura, altivez, cabelos lisos e claros, dentes perfeitos, porte, postura, etc.), além da cor branca. As mulheres

não brancas são aceitas na proporção em que tais atributos estejam presentes e associados a sensualidade, exuberância erótica, evidenciado a vulnerabilidade e manipulação dos componentes do preconceito.

3.3 A terapia como reforço positivo

Definimos a identidade como um fator diferente que certos indivíduos possuem de determinadas posições culturais, políticas e econômicas correntes em cada sociedade (Chasin, 2000). E segundo as teorias de Psicologia Social, as pessoas são categorizadas de acordo com as formas pelas quais elas diferem dos valores culturais predominantes e, no caso brasileiro, os ideais seriam o de um homem branco, heterossexual, jovem e bonito. Na impossibilidade de se identificarem com o grupo tradicional heterossexual, muitos gays acabam lutando por uma identidade própria, cujo componente central parece ser, entre outros, o desejo homossexual (Souza, 1989).

Observa-se, assim, que a identidade homossexual tem, pelo menos, duas extensões: a de como o indivíduo se reconhece (e se identifica com seus iguais) e a de como o indivíduo é visto pela sociedade (e se contrapõe aos grupos diferentes do seu).

A concepção de identidade homossexual que adotaremos a seguir se baseia no caminho proposto por Goffman ([1963] 1988), no qual acredita-se que “as pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu” (Goffman, [1963] 1988: 41). Em outras expressões, muitos homossexuais vivenciam uma série de ajustamentos pessoais que afetam sobremaneira sua perspectiva de mundo, facilitando, assim, a aquisição de uma identidade gay.

Para Nunan (2001), a identidade gay é necessária à realidade em face de objetivos práticos, sendo fundamental para o movimento homossexual como uma estratégia utilizada na reivindicação de direitos. Mas, no entanto, como qualquer outra identidade, ela é sempre pontual, provisória e estabelecida como uma reação a contingências pessoais, sociais e históricas (Costa, 1995b).

Essa identidade é tomada como uma característica objetiva de todos aqueles que adotam um comportamento homossexual, a identidade gay pode acabar se tornando

prejudicial, limitando a expressão da individualidade do sujeito e, neste caso “a diferença deixa de ser uma escolha pessoal e se torna um constrangimento imposto de fora” (Badinter, 1992: 116). Pois, acredita-se que a identidade gay é um processo em dever que depende das descrições e crenças históricas que temos do assunto.

De outra forma, falar em identidade gay não significa que esta seja onipresente e regule todos os aspectos da vida do sujeito, reduzindo-o à dimensão sexual de sua existência. Não obstante, o lugar social ocupado pelos homossexuais influi em larga escala na construção de sua identidade: ao desempenhar um papel diante da sociedade.

Adquirir qualquer identidade é um processo extremamente complexo, comportando relações positivas de inclusão e relações negativas de exclusão.

Nós nos definimos pelas semelhanças com algumas pessoas e as diferenças com outras. O sentimento de identidade sexual também obedece a esse processo. (Badinter, 1992. p.33).

Segundo Badinter (1992), a preocupação com a identidade sexual é relativamente nova: antes do século XIX acreditava-se que o sujeito podia mudar de identidade sexual sem grandes problemas íntimos.

Até que a sexologia lhe colocasse um rótulo, a homossexualidade era apenas uma parte difusa do sentimento de identidade. A identidade homossexual, tal como a conhecemos, é, portanto, uma produção da classificação social. (Weeks, citado por Badinter, 1992: 105)

Mais à frente observa-se que a classificação social e as transformações econômicas do século XIX criaram as condições estruturais para o surgimento da identidade homossexual. Dessa forma os homossexuais começam a assumir uma identidade diante da sociedade cheia de preconceitos.

A autora Débora Britzman (1996) afirma que pensar a identidade significa não apenas ver esses elementos como efeitos constitutivos das relações sociais e da história, mas também como capazes de rearticular o desejo e o prazer. Pois quando se trata de questões de desejo, de amor e de afetividade, a identidade é capaz de surpreender a si mesma; e de criar formas de sociabilidade, de política e de identificação que desvinculem o eu dos discursos dominantes da biologia, da natureza e da normalidade.

Nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; Nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou

construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro lado, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um construto instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada. (BRITZMAN, 1996:74)

Podemos destacar que ainda os mitos criados acerca da homossexualidade, ao longo dos tempos, acabam por produzir noções normativas que posicionam a heterossexualidade como sendo a sexualidade estável e natural, inviabilizando o sujeito homossexual de vivenciar com plenitude seus direitos como cidadãos, levando-os a um isolamento social e emocional. Que entendemos como:

[...] A identidade heterossexual normativa exija que se construa, ao mesmo tempo, a homossexualidade como falta o que se deixa de pensar é que todas as sexualidades devem ser construídas, que nossas práticas e interesses são socialmente negociados durante toda nossa vida e que a moldagem sexual não precisa estar presa a estruturas de dominação e sujeição. (BRITZMAN, 1996:91)

O preconceito sexual internalizado pode ser definido como a “aceitação pelos indivíduos homossexuais das atitudes negativas veiculadas pela sociedade em relação à homossexualidade” (Antunes & Machado, 2005: 8). Esta aceitação resultaria em “sentimentos negativos”. Em outras palavras, o sujeito passa a acreditar que o é inerentemente mau, sem valor ou repulsivo, e de que boa parte de seus problemas pessoais decorrem disto. De um modo geral, o preconceito internalizado se apresenta em um contínuo que vai desde questionamentos sobre seu próprio valor como indivíduo até o ódio por si mesmo, e geram também depressão, baixa autoestima, vergonha, culpa, medo, desconfiança, confusão, insegurança, ansiedade, queixas psicossomáticas, sentimentos de solidão, frustração, isolamento social, dificuldade de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, violência doméstica, disfunções sexuais, comportamento sexual de risco, hostilidade, abuso de álcool e drogas, transtornos alimentares, e comportamento ou ideação suicida.

A aceitação e diminuição do preconceito faz com que o sujeito, se sinta mais livre para assumir sua orientação sexual, ao passo em que a visibilidade também tende a diminuir o preconceito internalizado. Como vimos, assumir a homossexualidade provoca o questionamento das crenças e normas sociais, enquanto que o preconceito sexual (tanto institucionalizado quanto internalizado) é progressivamente exposto e rotulado como um problema. E de acordo com Kus (1988), é necessário que o sujeito reconheça os sentimentos de raiva e rejeição, trabalhando-os individualmente através de uma psicoterapia adequada, isto

é, realizada por um profissional que esteja familiarizado com a dinâmica do preconceito internalizado.

De acordo com Kus (1988), admitir-se como homossexual, entrar em contato com indivíduos similarmente estigmatizados através da comunidade gay e frequentar grupos militantes ou de apoio-mútuo, tende a reduzir o preconceito internalizado, favorecendo uma melhoria na qualidade de vida destes sujeitos, que se sentem excluídos da sociedade.

No entanto, esta necessidade de contato com outros homossexuais coloca o indivíduo em uma situação paradoxal: para poder mudar suas crenças negativas a respeito da homossexualidade e passar a auto aceitar-se, o sujeito precisa ativamente procurar interagir com pessoas que ele considera indesejáveis. E na maioria dos casos este paradoxo é solucionado quando o indivíduo acaba entrando em contato, seja forçosamente ou por acaso, com membros da comunidade homossexual.

Portanto como podemos analisar o indivíduo homossexual passa por vários estágios, desde a sua própria aceitação, até assumir sua identidade diante da sociedade. É um processo muito complexo e difícil, porque ainda há muitos vestígios de preconceito no meio social que resultam em vários obstáculos a serem transpostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste breve histórico, é possível verificar que a homossexualidade sempre foi algo natural em quase todo o mundo; porém com o surgimento do cristianismo estes valores foram alterados, sendo que se passou a reprovar a homossexualidade, punindo os seus praticantes de formas cruéis, sendo que até os dias de hoje em alguns países a punição para o homossexual é a morte.

O presente trabalho tem relevante importância, a fim de demonstrar que a homossexualidade sempre esteve presente na sociedade, desde os tempos mais remotos. A sua importância, porém não se prende somente em demonstrar que a homossexualidade faz parte da história da humanidade, mas que com isto mostrar que a homossexualidade não deve ser marginalizada, e assim conferir garantias a esta “minorias”, algo de grande importância na sociedade. A biomedicina vem, desde muito tempo, atribuindo explicações e justificativas para a causa da homossexualidade. Muitas são as teorias e fatos ocorridos durante a história que apresentam as diferentes formas de pensar e problematizar a homossexualidade.

Discursos no âmbito da biologia, baseados em estudos genéticos e com hormônios, em pesquisas na área da neurociência e estudo científico entre gêmeos são alguns exemplos de “provas” para a causa da homossexualidade. Além disso, temos contribuições que caracterizam a identidade homossexual através de uma definição patologizante, homossexualidade como crime e pecado também foram atribuições recorrentes durante a suposta história da homossexualidade.

Ao longo de toda história percebemos que acabamos retrazendo as maneiras como a homossexualidade foi abordada ao longo dos tempos e nos diversos discursos religioso, político e científico para que então pudéssemos chegar ao discurso psicanalítico e assim perceber o quanto a função do saber se confunde com funções ideológicas que não nos remetem a outro lugar senão à história cultural regida pela norma moral.

A partir da ética da psicanálise, foi Freud que veio apontar para um lugar bem distinto da moral social e quem, e o primeiro a teorizar sobre a sexualidade infantil e, por consequência, a demonstrar a partir da noção de fantasia, que a realidade psíquica não era da mesma natureza que a realidade material.

Contudo, o próprio discurso freudiano, que inicialmente apresentou-se subversivo e escandaloso, posteriormente, serviu para que alguns psicanalistas recusavam-se a reconhecer

que a psicanálise estava instalando-se rapidamente num conformismo moral e social, e outros muitos tinham em mente que a homossexualidade, como abordada por Freud, não era um problema que a psicanálise deveria desvendar muito menos uma patologia que deveria ser curada.

Portanto desta forma, marcamos o lugar da psicanálise, e da biomedicina a partir da ética do desejo, o sujeito é sexual e independente das estereotipias apresentadas pelo mundo social; embora o social gere – em alguns casos – sofrimento para o sujeito, chegando até a “modificar” seu comportamento, ele não é capaz de alterar seu desejo. E como tal merece respeito independentemente de sua escolha sexual.

Contudo conclui-se que conforme mencionado no último capítulo, o comportamento homossexual tem sido objeto de estudos variados, destacando questões de saúde, etiológicas, terapêuticas, sociais, políticas, culturais, religiosas, econômicas. Destaca-se, que dentre estas discussões uma das mais polêmicas e mais importantes, e que acarretam grandes repercussões sociais são aquelas que abordam a etiologia do comportamento homossexual, ou mais especificamente, aquelas que se referem ao debate inato versus aprendido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cristiane Pinto. **Concepções sobre Diversidade de Orientações Sexuais veiculadas nos Livros Didáticos e Paradidáticos de Ciências e Biologia**. Disponível em <<http://www.ppgefhc.ufba.br/dissertacoes/cristiane2001.pdf>>. Acessado em 4 de nov. De 2014.

ARRUDA, Ângela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. IN: Cadernos de Pesquisa, nº 117. São Paulo. Nov. 2002.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBERO, G. **Homossexualidade e perversão na psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

BRITZMAN, Deborah P. **O que é esta coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, n. 21(1), p.71-96, jan. /jun. 1996.

CHASIN, J. **A miséria brasileira**. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **O que é ideologia**. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1984.

CHAVES, Marianna. **Homoafetividade e direito: proteção constitucional, uniões, casamento e parentalidade**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CONDE, Michelle Franco Conde. **O Movimento Homossexual Brasileiro: sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2004.

DOVER, Kenneth James. **A Homossexualidade na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? O movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos de 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo**. *Revista Brasileira de Educação*, v 25, p. 105-115, Jan /Fev /Mar /Abr, 2004.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Homossexualidade e Educação Sexual: Construindo o respeito à diversidade**. Londrina: Ed. UEL. 2007.

FRANCO, Neil. **A diversidade entra na escola: Histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FREUD, Sigmund. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. v. 7. In: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Edição standart brasileira. Com comentários e notas de James Strachey em colaboração com Anna Freud, assistido por Alix Strachey e Alan Tyson. Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1901-1905; 1996.

FREUD, (1914). **Introdução ao narcisismo**. v. 12. In: FREUD, S. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, (1920). **A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher**. v. 18. In: FREUD, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Edição standart brasileira. Com comentários e notas de James Strachey em colaboração com Anna Freud, assistido por Alix Strachey e Alan Tyson. Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1920-1922; 1996.

FREUD. (1931). **Sexualidade feminina**. In: Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XXI.

HILTON, Bruce. **A homofobia tem cura? O papel das igrejas na questão homoerótica**. Ediouro, 1992.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. Tradução de Pedro

MARROU, Henri Irénée. Educação e retórica. In: FINLEY, Moses I. (Org). *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Pp. 211 – 228.

MATEUS, Joana, ROSA, Sara. **Homossexualidade Masculina**. Disponível em http://paginas.ulusofona.pt/p415/G11_homoss_masculina.pdf. Acessado em 2 de nov. 2014.

MENEZES, Aline Beckmann. **Análise da investigação dos determinantes do comportamento homossexual humano**. Disponível em <<http://www3.ufpa.br/ppgtpc/dmdocuments/MESTRADO/ALINE.pdf>>. Acessado em 2 de nov. de 2014.

MESQUITA, Teresa Cristina mendes de. **Homossexualidade: Constituição ou construção?** Monografia apresentada no curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2008.

MOREIRA, M. B; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NAPHY, W. **Born to be gay: História da Homossexualidade**. Lisboa: Edições 70, 2004.

OLIVEIRA, R. **Campo e Ação das Identificações na Constituição da Homossexualidade Masculina**. Tese de doutorado. Brasília: Editora da UnB, 2002.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **O arco-íris (des) coberto: homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais – os casos de Porto Alegre e Buenos Aires**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, ES, Brasil. 2008.

REIS, Toni. **O movimento homossexual**. In: FIGUEIRO, Mary Neide Damico (Org.). Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade. Londrina: EdUEL. 2007. p. 101-102.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. Diversidade sexual e suas nomenclaturas. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). Diversidade sexual e direito homoafetivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA, A. **Homossexualidade e Discriminação: o preconceito sexual internalizado**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_0991.D2W/SHOW?&CdLinPrg=pt&Cont=965:pt&CdNatCon=TE. Acesso em 1 nov. 2014.

Skinner, B.F. (2000). **Ciência e comportamento Humano**. Tradução de J. C. Todorov e R. Azzi. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).

TINBERGEN, N. (1966). **Comportamento animal**. São Paulo: José Olympio. Publicado originalmente em 1965.

TORRÃO FILHO, A. **Tríades Galantes, Fanchonos Militantes: homossexuais que fizeram a história**. São Paulo: GLS, 2000.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**. 4ª edição. Rio de Janeiro, Record, 2000.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da homoafetividade: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. (2009). **As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana**. Revista Mal-Estar e Subjetividade, Vol. IX, Nº 2, 487-525. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 5 nov. 2014.

VRISSIMTZIS, Nikos A. **Pederastia**. In: Amor, Sexo & Casamento na Grécia Antiga. São Paulo: Odysseus, 2002. p. 100 – 114.